

GESTOS DE AUTORIA NA IMPRENSA MATO-GROSSENSE

Leila Castro da Silva*
UNEMAT

Joelma Aparecida Bressanin**
UNEMAT

Resumo: *Este artigo apresenta uma reflexão sobre o gesto de autoria na imprensa mato-grossense, tomando para a análise um texto publicado em 1918 na revista A Violeta. Filia-se à teoria da Análise de Discurso de linha francesa, buscando compreender como se dá a constituição do sujeito-autor em determinadas condições de produção. Sob esta perspectiva, considera que os sentidos são produzidos numa relação determinada pelo sujeito sempre afetado pela língua e pela história. Ou seja, o lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. Assim, observa-se o modo como o sujeito-autor, interpelado pela ideologia feminista, denuncia as irregularidades dos governantes, defendendo o aperfeiçoamento da educação e do trabalho remunerado para as mulheres, sobretudo, o direito de votar.*

Abstract: *This article presents a reflection on the gesture of authorship in the Mato Grosso press, taking to the analysis a text published in 1918 in the journal A Violeta (The Violet). It is affiliated to the French Discourse Analysis theory, seeking to understand how the constitution of the subject-author occurs under certain conditions of production. From this perspective, it is considered that the senses are produced in a relation determined by the subject, always affected by language and history. That is, the place of the author is determined by the place of interpretation. Thus, it is observed the way in which the subject-author, interpellated by the feminist ideology, denounces the irregularities of the governors, defending the improvement of education and the paid labor for women, above all, the right to vote.*



A mulher sempre teve voz, no entanto, não tinha acesso à única linguagem que realmente contaria para que sua voz fosse ouvida na sociedade – a linguagem escrita.

(DUBY; PERROT, 1994, *apud* PAVANI, 2012, p.100).

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre a noção de autoria, buscando compreender como se dá a constituição do sujeito autor em textos publicados na revista *A Violeta*, periódico escrito por mulheres na primeira metade do século XX, no município de Cuiabá, capital do Estado em Mato Grosso. Para a análise, recortamos o texto “A mulher brasileira também triunfará”, de autoria de Maria Dimpina. Abordamos essa proposta por meio do dispositivo teórico da Análise de Discurso de linha francesa, que concebe a linguagem como não transparente; trabalha o sujeito e os sentidos na ordem do simbólico, ambos funcionando como ilusão de origem e de existência própria. Entendemos, conforme Orlandi (2001a, p. 102), que é “o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”.

Cabe destacar que no século XX, em diversos lugares como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, entre outros, surgiram mulheres engajadas na luta pela defesa de seus direitos. Essas mulheres escreviam com o objetivo de esclarecer e conscientizar as leitoras sobre suas lutas, dar informações social e educacional a toda a sociedade, reivindicar seus direitos sociais e políticos, atos que vinham sendo lentamente realizados desde o final do século anterior. Mesmo assim, a participação da mulher na imprensa passa a significar mais do que uma conquista de novos espaços nas relações profissionais e pessoais, pois, trata-se, a nosso ver, de um gesto de assunção da autoria.

A seguir discorreremos sobre a noção de autoria desenvolvida por alguns autores para, após descrevermos a revista *A Violeta*, bem como suas condições de produção, procedermos, às análises.

2. Movimento teórico: a noção de autoria e de texto

O lugar da autoria é parte de intensa e por vezes controversas discussões entre alguns estudiosos que se dedicaram e se dedicam a estudar essa noção.

Foucault, filósofo francês do século XX, considera que a autoria se dá em situações especiais, em que os textos podem ser agrupados e considerados originais do seu produtor e, ainda, que há textos com e sem autor. Para ele “poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função ‘autor’, enquanto outros são dela desprovidos”. (FOUCAULT, 1969, p. 274).

Possenti (2013) destaca que para Foucault a noção de autoria é um correlato de obra: não há autor sem obra, não há obra sem autor, de modo que a função autor tem valor restritivo, pois caracteriza um certo modo de dizer. Assim, “a função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1969, p. 274).

Lagazzi-Rodrigues (2010, p.92) ressalta que o funcionamento da autoria em Foucault é pautado pela legitimação: “a função autor avaliza ou segrega os dizeres e aí está seu caráter institucional com decorrências jurídicas, principalmente a responsabilidade”. De fato, um funcionamento restritivo. No entanto, Lagazzi-Rodrigues (idem) chama a atenção para a possibilidade de uma brecha na discussão de Foucault, que permitiu a expansão da noção de autoria: “pensar o ‘princípio de agrupamento do discurso’ sem segregação, ao mesmo tempo como um princípio da textualidade e um processo na textualidade”. Explorando essa brecha, a partir da noção de autoria fundada por Foucault, outros autores irão compreender de diferentes maneiras seu funcionamento.

Na perspectiva da Análise de Discurso, por exemplo, há um modo singular de compreender a noção de autoria. Orlandi (2000, p.77) considera que todo texto tem necessariamente um autor, “um texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa um autor a ele”, é uma relação autor/texto. A autoria é a *função enunciativa do sujeito*, e dele é exigido unidade, clareza e coerência. Nessa

abordagem, o sujeito se representa como origem do dizer, a sua formulação deve se fazer em um lugar interpretável; logo, a constituição do autor se dá pelo dizível numa história de formulações repetíveis. Por ser a representação da origem do que diz, é suposto que o autor seja o responsável pelo que diz ou escreve. E, assim, é estabelecida uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade, etc.) (idem, p. 69). Essa correlação se dá por meio da articulação entre uma exterioridade e uma interioridade, conforme afirma Orlandi:

Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele ‘aprende’ a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo, chamei (1988) assunção da autoria (idem, p. 76).

Portanto, a relação entre texto e autor se faz necessária e é constituída mutuamente, por ambos estarem inseridos num lugar social e na história, eles se constituem diferentemente em cada época, estabelecendo o confronto do político com o simbólico. Sobre a noção do político, Orlandi (2001, p. 34) explica:

São relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado.

O político, pensado discursivamente, está em todo discurso. A partir dessa noção, entendemos que a constituição do sentido se dá não pela evidência, mas pela divisão e filiação em uma rede de significação inscrita na história, ou seja, o sentido de uma palavra não existe em si, está aquém e além dela, ele resulta de relações de poder simbolizadas em uma formação social dividida.

Sob este viés, Lagazzi-Rodrigues (2010) afirma que a noção de autoria é uma prática e através dela o texto vai tomando sua configuração, vai significando. Dito de outro modo, o texto não é

resultado de inspiração, ele resulta do “trabalho no confronto material do sujeito com a linguagem, nas diferentes formas significantes, em condições de produção específicas.” (p. 100).

Para Gallo (2001a), a noção discursiva de autoria é vista em dois níveis, sempre produzindo um novo sentido. O primeiro é a função-autor que se dá numa relação enunciativa-discursiva, “a função-autor, portanto, tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito do discurso, tem a ver com a heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante”. Já o segundo nível é o efeito-autor, que a autora considera como discursivo por excelência. Neste, há o confronto entre as formações discursivas, ou seja, haverá o confronto quando surgir uma nova formação discursiva (ideológica) dominante ou não. Por exemplo, no

discurso pedagógico, o sujeito pode estar identificado com diferentes formações discursivas. Mas, nem sempre haverá um confronto de formações que resulte em uma dominando outra, que caracterize uma nova ordem discursiva (GALLO, 2001a, p. 3).

Na abordagem discursiva, tomamos o texto não como uma unidade empírica, mas sim como uma unidade imaginária, atravessada pela ideologia, e que para significar precisa ser textualizada na sua relação com outras palavras, e em determinadas condições de produção. Essas condições, por sua vez, incluem os sujeitos, a situação e a memória, constituídos sócio-histórico e ideologicamente. Nesse viés, “o texto é a instância em que o discurso se realiza, o lugar onde os sentidos se formam” (DI RENZO, 2011, p. 33), visto que a constituição do texto se dá de forma heterogênea, uma vez que o sujeito que o formula ocupa diferentes posições no texto (ORLANDI, 2001a).

Tratar o texto enquanto discurso é pensar sua materialidade ideológica, entendendo que a língua é o lugar de materialização; é pensar que há uma relação entre língua e ideologia que afeta a constituição do sujeito e do sentido. Em outras palavras, o modo como eles se constituem são relativos ao modo como se inscrevem numa dada formação discursiva. Ao dizer, o sujeito ocupa um lugar na sociedade, logo, é afetado por uma formação ideológica em que ocupa uma posição sujeito de modo que, ao dizer, sujeito e sentido se

constituem, se significam. Orlandi (2003, p. 46) afirma: “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”.

Nessa direção, considerando que há sempre o espaço da interpretação e a ideologia funciona na/pela interpretação, podemos dizer que a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela interpretação. E o texto é “o espaço de autoria que se constrói em relações significantes possíveis, determinadas historicamente.” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 100).

É sob essa perspectiva que nos interessa, neste trabalho, compreender o gesto de autoria da mulher na imprensa mato-grossense no século XX, sobretudo, no que se refere à defesa de seus direitos.

Convém-nos, então, antes de procedermos à análise, apresentar a revista *A Violeta*, a conjuntura social e política da época em que Maria Dimpina começou a escrever bem como a representatividade de sua atuação na cidade de Cuiabá-MT.

3. Representatividade da mulher em Mato Grosso

Maria Dimpina de Arruda Lobo nasceu em 15 de maio de 1891, em Cuiabá-MT, onde veio a falecer em 10 de dezembro de 1966. Exerceu o magistério, foi fundadora do Colégio Particular “São Luiz” no qual também ocupou as funções de professora e diretora. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de funcionária pública em Mato Grosso e outros cargos de liderança, entre eles, o de fundadoras do Grêmio “Júlia Lopes”, da Escola Doméstica “Dona Júlia Lopes de Almeida” e da Federação Mato-grossense pelo Progresso. Participou ativamente da vida social cuiabana, ocupando lugares de destaque na liderança de vários trabalhos sociais.

Em seus escritos, Dimpina denunciava as irregularidades dos governantes, defendia o aperfeiçoamento da educação, o trabalho remunerado para as mulheres, discorria sobre o pensamento intelectual feminino existente em Mato Grosso, produzia gêneros diversificados (cartas, crônicas, artigos, textos em prosa), abordando assuntos variados – educação, família, literatura, religião, saúde, patriotismo, política, filantropia, tornando-se “uma defensora de mudanças educacionais, culturais, políticas, urbanísticas, assistenciais

e tecnológicas” (NADAF, 2009, p. 24). Destacamos que, nas primeiras décadas do século XX, em todo o país surgiam discussões entre as velhas formas de vida e a nova sociedade, confrontando a servidão das mulheres no espaço familiar.

A produção e circulação da revista *A Violeta* se deu entre os anos de 1916 a 1950. Inicialmente, era escrita apenas por mulheres matogrossenses, anos depois contou com a participação de vários outros colaboradores homens e mulheres de outros estados e de outros países. De acordo com Nadaf (2009), eram mulheres professoras, escritoras, funcionárias públicas e autônomas, que discorriam sobre temas direcionados às mulheres.

O modo de circulação, inicialmente era quinzenal, conforme afirma Nadaf (2005, p. 264):

A revista, de tiragem mensal (primeiro foi bimensal), acompanhou a multiplicidade das ações da agremiação: não se restringiu à literatura, pelo contrário, tratou de variados assuntos apresentados em gêneros também diversos. Cartas, pequenos contos, composições poéticas, artigos jornalísticos, preceitos, discursos, comprimiram-se em suas páginas para apresentar a sua temática, que se estendeu do lirismo do amor à política, história, ao feminismo, à cultura, religião, moda para a mulher, culinária, campanha educativas, de higiene e de saúde, efemérides, registros da sociedade local, entre outros.

Para nossas análises, selecionamos um texto da Maria Dimpina (que usava dois pseudônimos: Arinape e Marta), publicado em 1918 na revista *A Violeta*. Nesse período, era comum as mulheres usarem os pseudônimos em suas escritas, pois tinham receio de se expor publicamente, devido às críticas que havia sobre àquelas que transgrediam o espaço doméstico.

Desse texto, extraímos dois recortes. A noção de recorte, enquanto unidade discursiva, se dá como fragmento do discurso e não como uma simples sequência linguística. É o recorte que instaura o espaço de interlocução, “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução” (ORLANDI, 2009, p.140). Para organizar os recortes, recorreremos ao texto da escritora que nos possibilita observar a situação discursiva.

4. O discurso da/sobre a mulher

Como já ressaltado, os dois recortes são parte do texto intitulado “A mulher brasileira também triumphará”, publicado na revista de nº 31 do ano de 1918.

O título desse texto retoma pela memória do dizível a conquista ao voto da mulher estrangeira, descrito na revista de nº 28, sob o título “A mulher triumpha: o direito de voto é concedido às inglezas e americanas”, cujos sentidos se sustentam na forma linguística *também* para se referir à futuridade da conquista do voto da mulher brasileira.

O texto “A mulher brasileira também triumphará” reivindica não só o direito ao voto da mulher, mas também o direito de a mulher ter acesso à educação, com condições para exercer profissão que não fosse restrita às atividades domésticas. O texto se apresenta como espaço que dá visibilidade ao discurso de um sujeito - afetado por um discurso de militância, que defende sua posição em favor dos direitos das mulheres, colocando em pauta discussões sobre a emancipação das mulheres como forma de se fazerem audíveis e visíveis na sociedade cuiabana.

Cabe ressaltar que mesmo com o avanço da tecnologia e o fortalecimento da imprensa no século XIX, a escrita era restrita aos grupos que detinham o poder na sociedade, de modo que a conquista desse espaço para a publicação da revista foi bastante significativa para as mulheres mato-grossenses daquela época.

Vamos aos recortes:

Recorte 1

Infelizmente ha occasiões em que a mulher tem de assumir o governo da casa, contribuir com as despesas, e esta realidade que encontramos na vida pratica, repetidas vezes, atira-nos a reclamar contra a clamorosa injustiça de não podermos ser consideradas na sociedade o que realmente somos.

Feliz daquella que puder ser somente o que a mulher deve ser—o anjo do lar; mas quando não se pôde ser anjo é justo que não seja escrava.

Esse recorte textualiza um discurso sobre o papel da mulher na sociedade, as condições sociais, econômicas e políticas às quais a mulher foi submetida no período de transição do século XIX ao XX. O imaginário social de que a mulher é peça secundária no que diz respeito à responsabilidade econômica no/do lar foi determinante nas relações sociais durante muito tempo. E nos remete aos estudos de Silva (2013, p. 21), que mostra, historicamente, que a mulher sempre ocupou o lugar secundário na organização familiar, pois o compromisso de sustentação da família era totalmente dado ao esposo; à esposa cabia cuidar e zelar pela organização da casa. De acordo ainda com Silva (2013), o Código Civil¹ de 1916 estabelecia que a chefia do lar era responsabilidade do homem com a “colaboração” da mulher e somente na ausência deste a reponsabilidade seria transferida para ela.

O enunciado “Infelizmente ha occasiões em que a mulher tem de assumir o governo de casa, contribuir com as despesas” remete a uma prática que estava se tornando comum, e nos faz pensar no que não está dito, mas significa. Notamos que esse gesto produz um efeito de engajamento da autora, pois ao dizer “Infelizmente” aponta para uma condição negativa em relação à situação descrita.

Situações como essa são comentadas por Fonseca (2015), ao afirmar que muitas das vezes o marido saía para outras cidades ou estados em busca de algum trabalho, deixando a mulher e os filhos abandonados, ela se vendo obrigada a procurar emprego com salário para o sustento da família, ou mesmo estando juntos, não era

satisfatório e suficiente depender do salário do marido. Todavia, o trabalho do homem, por ser considerado o responsável pela família, era dignificante, ao contrário, a mulher que trabalhava fora de casa não tinha o mesmo valor no sentido de valorização, pois era vista como “mulher pública”² e ainda tinha que se defender do assédio sexual de seus patrões.

As mulheres ‘abandonadas’ não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas, em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário do masculino. O homem podia até ser ‘trabalhador’ – quem garantia que ia ter uma renda regular? (FONSECA, 2015, p. 516).

Culturalmente o espaço ocupado pela mulher era restrito às funções domésticas, ficando à margem do espaço ocupado pelo homem. Desse modo, entendemos que o funcionamento do advérbio “infelizmente” e dos verbos “assumir” e “contribuir” na formulação “Infelizmente há ocasiões em que a mulher tem de assumir o governo da casa, contribuir com as despesas ...” apontam para um lugar social que lhe é negado por diversos motivos, um lugar que não é reconhecido como digno e muito menos valorizado.

Para uma boa parte das mulheres, assumir o governo da casa seria como carregar um “fardo”, pois o ideal era que fosse mantida pelo esposo, que pudesse contratar outras mulheres para executar as tarefas domésticas, significando o sucesso do marido e não da esposa, pois “uma esposa que não trabalhava – em casa ou fora – denotava o sucesso do marido em prover a família, sinalizava status” (PINSK, 2016, p. 270).

O modo como a autora desenvolve seu texto faz ressaltar a opacidade da língua em relação ao que é dito e o não-dito, que igualmente significam no processo discursivo. E no jogo dessa opacidade e/ou ilusão, a produção dos sentidos do que está sendo dito pela autora funciona como a não transparência visto que os sentidos podem ser outros, mas não qualquer um.

Nesse movimento entre a transparência e a opacidade somos levados a refletir sobre a existência dos vários gestos de interpretação possíveis sobre o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Desse modo, levantamos algumas indagações: o que representava a mulher para a sociedade da época? Qual interpretação a sociedade tinha das mulheres que por vezes precisavam ocupar o lugar do esposo sem um devido preparo e condições, ou seja, sem ter um salário para assumir tais responsabilidades? Assumir o governo da casa significava ser escrava em que condições? São questões que merecem uma reflexão através do gesto de interpretação sobre essas condições impostas à mulher.

Observamos, na sequência, o enunciado “atira-nos a reclamar contra clamorosa injustiça de não podermos ser consideradas na sociedade o que realmente somos” cujo emprego das formas verbais aparece na primeira pessoa do plural “nós”. Nesse movimento de dizeres, podemos perceber os deslizamentos de sentidos sobre “o ser mulher”: um sinaliza para a idealização “anjo do lar”, sem preocupações administrativas, econômicas, trabalhistas; e o outro, o de ter reconhecimento em relação às responsabilidades e deveres para assumir as despesas do lar e o governo da família.

Conforme Orlandi (2007), partimos do princípio de que há sempre interpretação. Não há sentido sem interpretação e nem interpretação sem ideologia, pois a relação entre as palavras não é dada numa relação termo-a-termo e sim pelo funcionamento ideológico, numa articulação entre o simbólico e o político, “o simbólico e o político se articulam e isto se dá por um mecanismo que é ideológico” (idem, p. 152).

Não podemos nos esquecer que o sujeito, sendo constituído pela interpelação ideológica, é individuado e se identifica ao se inscrever em uma formação discursiva e não outra, nas condições em que tanto as circunstâncias da enunciação como a conjuntura sócio-histórica o determinam. Em outras palavras, os sentidos são produzidos numa relação determinada pelo sujeito, sempre afetado pela língua e pela história. Desse modo, podemos dizer que a posição da qual o sujeito diz tem fortemente uma relação com sua constitutividade. Assim, o dizer de Arinape é determinado por um lugar enquanto posição, suas palavras fazem sentido não numa relação direta entre elas, mas numa relação de prática significante pelo modo de funcionamento do

imaginário/simbólico da linguagem, sobretudo marcado pela história. Lembremos que os sentidos das palavras não são dados aprioristicamente numa relação de transparência, mas, sim, na relação que estabelece com a exterioridade. Em outras palavras, “o espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso” (ORLANDI, 2017, p.15).

O sujeito-autor, no recorte 1, está inscrito numa dada formação discursiva e ocupa o lugar social de escritora e, desse lugar discursivo, faz projeções imaginárias de si e do outro. Por exemplo, no enunciado “Feliz daquela que puder ser somente o que a mulher deve ser – o anjo do lar”, questionamos: será mesmo que todas as mulheres podiam ser apenas e tão somente o “anjo do lar”? A respeito dessas projeções, Orlandi (2002, p. 39) destaca que são mecanismos de antecipação por meio dos quais o sujeito se antecipa de modo a produzir o sentido a dar ao discurso, isto é, “esse mecanismo regula a argumentação de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensar produzir em seu ouvinte”.

Ressaltamos que o sujeito é sempre tomado por uma posição interpelado pela ideologia. Na posição de escritora, Maria Dimpina produz seu dizer interpelada pela sua inscrição numa determinada formação discursiva a de defensora das lutas das mulheres que buscam romper com as barreiras do espaço privado e ocupar outros lugares sociais, que buscam a valorização intelectual feminina, o que a nosso ver, configura uma formação discursiva feminista.

Nesse sentido, a expressão já-feita “feliz daquela que puder ser somente o que a voz dominante na sociedade julga que a mulher deve ser: o anjo do lar”, e o emprego a terceira pessoa “a mulher”, produzem efeito de indeterminação, o que nos permite dizer que a autora mantém um certo distanciamento em relação ao que é dito, dando abertura para a interpretação de que nem todas as mulheres são ou podem ser somente “anjos do lar”. Desse modo, ela não se identifica como aquela que quer ser “anjo”, pois a posição autor é uma filiação nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Dito de outro modo, é no gesto de interpretação que podemos observar “a relação entre ideologia e inconsciente, tendo a

língua como lugar onde isso se dá, materialmente” (ORLANDI, 2007, p. 63). Logo, é o aspecto ideológico da linguagem que possibilita outros sentidos e não o sentido unívoco.

Na formulação que segue, “mas quando não se pode ser anjo é justo que não seja escrava”, há um argumento que se contrapõe à expressão “anjo do lar”. O funcionamento da conjunção, “mas” está numa relação de oposição com “escrava” e está em contraposição com “assumir o governo da casa”. Trata-se de uma crítica feita pela autora, pois tanto a idealização “anjo do lar” como a condição de “escrava” apagam a mulher, no que se tange às injustiças às quais eram submetidas. A oposição radical entre ser anjo e ser escrava constitui uma ironia, ou melhor, um sarcasmo, visto que nenhuma das duas posições correspondiam ao que na posição da autora de fato a mulher almejava – ser reconhecida, valorizada.

Por entendermos que a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia se dá pelo fato de que ele se inscreve em uma posição, é que podemos perceber a relação que a autora faz entre o lugar submisso inscrito no discurso escravocrata e a voz de reivindicações inscrita no discurso de igualdade, liberdade e avanço.

Ao mesmo tempo em que a mulher passou a exercer funções antes dadas apenas aos homens, funções ancoradas culturalmente em práticas e discursos patriarcalistas, os sentidos vão sendo ressignificados na/pela sociedade.

Ainda em relação ao paradoxo “anjo” e “escrava”, observamos que “anjo do lar” faz alusão ao discurso religioso, o imaginário de pessoa bondosa, comparada ao mensageiro de Deus, uma figura protetora, um dizer que “santifica” a mulher, e ao contrário, a “escrava” significa um indivíduo privado de sua liberdade, cuja função é exclusiva do trabalho doméstico e faz ecoar o funcionamento da memória filiada ao discurso patriarcal em que às mulheres cabiam tão somente os afazeres privativos do lar. Para Rousseau (*apud* PEDRO, 2016, p. 267), a comparação entre mulheres perfeitas e anjos era cada vez mais fortalecida, “uma mulher virtuosa é pouco menos que um anjo”. Aos homens lhes era confiado o poder de decisões, sendo exigido que fossem corajosos e dominadores, enquanto que às mulheres lhe cabia ser sentimentais, passivas, obedientes e quase santas.

No final do século XIX e início do século XX os códigos³ de leis ainda deixavam as mulheres em lugares desfavoráveis em relação aos homens. De acordo com Pinsk (2016, p. 272), várias são as situações de desigualdades entre homens e mulheres:

A superioridade do homem, que deve proteger a mulher, decorre da ideia da fragilidade do sexo feminino. O marido tem o dever de prover a mulher e seus filhos (em termos de alimentação, vestuário, habitação e remédio) e autoridade para dirigi-los; como chefe legal da casa, pode decidir sozinho sobre questões familiares relativas a educação, profissão, emprego, punições alianças matrimoniais e a guarda dos filhos em casos de separação. Ao marido é permitido forçar a mulher a ter relações sexuais “normais” (sem sevícias graves).

Desse modo, observamos uma memória discursiva do final do século XIX em que o ideal de feminino era ser sustentada pelo homem, logo, tal aceitação levava à submissão ao masculino. Conforme nos aponta Pinsk e Pedro (2016, p. 271), o ideal masculino era de “alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto à vida pública”.

Retomamos mais uma vez Orlandi (2007), quando afirma que todo “dizer” tem um peso ideológico, pois através do gesto de interpretação o sujeito se inscreve em uma dada formação discursiva, que por sua vez se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representado no dizer pelas formações ideológicas. Maria Dimpina, ao ocupar uma posição feminista, produzia textos remetendo seu dizer às questões que se colocavam à reflexão, percebia o enclausuramento em que viviam as mulheres e buscava, através do lugar social que ocupava, dar visibilidade ao que a mulher era capaz de realizar, trazendo para o debate a sua importância na política, na religião, e em tantos outros lugares, conquistando outros espaços.

Vejam os segundo recorte da revista n. 31, em que há uma filiação desses e outros sentidos sobre a atuação da mulher.

Recorte 2

A mulher, me parece, deve votar, si bem que no Brazil ainda não é tempo.

As transições bruscas fazem mal.

Preparemo-nos! Eduquemo-nos!

Que a politica seja para nós flôr que morra em nossos labios e em nossas mentes firmemos uma idéa que a mulher de qualquer classe social deve educar-se e uma vez preparadas, é justo que não sejamos sò ou a flôr do salão ou a serviçal obrigada, mas que gosemos dos privilegios, das regalias do homem, como sômos as primeiras a soffrer as suas dores.

Arinapi

Chama-nos a atenção o modo como a autora defende a progressão da mulher para que participe da vida pública, incentivando-a para o acesso à educação como forma de emancipação feminina. No Brasil de 1918 ainda não era permitido que as mulheres participassem da política, votando ou sendo votada, pois cultivava-se a ideia de que a mulher não tinha capacidade intelectual para desenvolver funções como: pensar, discutir e decidir sobre questões sociais e políticas, pois à época ecoava ainda o pensamento de alguns filósofos do período iluminista, entre eles Rousseau (1991), que afirmava a incapacidade da razão da mulher. Ele defendia a ideia de que a mulher devia se ocupar apenas de ações restritas ao lar, dando prioridade aos cuidados da casa, esposo e filhos - uma mulher dócil e passiva.

A mulher é o ser da paixão e da imaginação, não do conceito ... a mulher mantém-se perpetuamente na infância, ela é incapaz de ver tudo que é exterior ao mundo fechado da domesticidade que a natureza lhe legou (ROUSSEAU *apud* CRAMPE-CASNABET, 1991, p. 386).

Nesse segundo recorte, observamos no enunciado “Preparemo-nos! Eduquemo-nos!”, a forma imperativa dos verbos atualizando a memória da mulher sem qualificação profissional, sem estudo e entendimento dos assuntos sobre política, mas também percebemos uma futuridade⁴ de outros dizeres, posto que a mulher deveria preparar-se, adquirir conhecimento para, então, ocupar funções públicas. A autora toma para si a responsabilidade de alertar as mulheres sobre suas possíveis funções no futuro.

De acordo com Orlandi (2001b), o autor se posiciona inconscientemente afetado pelo papel social que ocupa. Neste caso, a autora Dimpina é afetada pela sua inserção no social, na cultura, na história, tendo sua identidade configurada enquanto tal pelo modo como se constitui e se individua (se identifica) na relação com as instituições e os discursos em circulação. Ela se coloca no lugar de representante de um grupo - o feminino - que busca sair do lugar privado para ocupar cargos públicos.

Os verbos ‘dever’, ‘preparar-se’ e ‘educar-se’ em “A mulher de qualquer classe social deve educar-se”, “Preparemo-nos! Eduquemo-nos”, são fortemente marcadores de ação que podemos parafrasear por: “a mulher deve avançar intelectualmente, profissionalmente”, “sair da passividade do lar”. Nesse movimento de interpretação enquanto prática simbólica, o deslocamento de sentidos se constitui afetado pela língua e pela história. Os sentidos e sujeitos são convocados pelas formulações: Preparemo-nos! Eduquemo-nos!

Na sequência do enunciado “que gosemos dos privilégios, das regalias dos homens”, percebemos, pelo funcionamento da memória discursiva, o já dito a respeito da divisão social - entre classes e gênero - descrito novamente pela autora de modo irônico, ou seja, retomando o jogo de sentidos postos na oposição “a flôr do salão” ou “a serviçal obrigada”, já que a mulher não tinha garantido o direito de participar das discussões sociais e políticas do país. Desse modo, ficava sempre em desvantagens em relação aos espaços ocupados pelos homens. Tomamos a memória discursiva como algo que fala antes, isto é, o interdiscurso funcionando pelo pré-construído que, nesse caso, põe em evidência a divisão entre os sujeitos e os sentidos. De acordo com Orlandi (2003), o efeito do interdiscurso funciona na

medida em que para algo fazer sentido é preciso que esse algo funcione como evidência sobre a qual se pode produzir dizeres.

Ao dizer “como somos as primeiras a sofrer as suas dores”, podemos observar um discurso que reforça o papel de mulher submissa, numa posição de vida domesticada, em que cabia a ela viver à sombra do homem. Isto significa que se o homem não estava bem, seja no que tange ao emocional, econômico e ou social, a mulher era atingida pelos mesmos efeitos. Em relação a esse enunciado, notamos que a autora se posiciona afetada pelo sentimento de obediência, atitude determinada historicamente à mulher, mas que buscava ocupar outro lugar.

Observemos o enunciado “é justo que não sejamos sò ou flôr do salão ou a serviçal obrigada”. Os direitos e deveres do homem e da mulher ainda eram distintos, mesmo já fazendo parte do sistema capitalista em que intervém o sujeito jurídico com direitos e deveres. Ainda havia um imaginário de que ao homem cabia o dever de sustentar a mulher e, a ela, o direito de ser sustentada. Em sua escrita, a autora Dimpina já sinalizava seu discurso para um sentido de reivindicações e mudanças nas leis para que a mulher pudesse ser inserida como um sujeito de direitos, que a justiça a amparasse legalmente em relação aos serviços domésticos ou qualquer outro que viessem a ocupar, e que fossem reconhecidas em seus valores independente de classe social.

De acordo com Orlandi (2009), em um discurso, a relação dos interlocutores e a formação ideológica são marcadas *no* e *pelo* funcionamento discursivo, entendido como a atividade que estrutura um determinado discurso, realizado por um falante determinado para um interlocutor com finalidades definidas, ou seja, o que funciona numa sociedade são os efeitos imaginários que certa coisa provoca e não a coisa em si. Por exemplo, ao ler os textos da autora Dimpina, o sujeito-leitor é afetado pelas relações de sentidos que o provocam a significar. Logo, são as relações de sentidos que determinam os gestos interpretativos.

Dito de outro modo, o lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que diz respeito à exterioridade. O efeito-leitor representa, para ele, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica). Desse modo, sua

interpretação está determinada pela relação com o Outro (interdiscurso). (ORLANDI, 2007).

5. Considerações finais

Temos considerado a noção de autoria como uma prática em que o autor tem uma relação com a história e se coloca como responsável pelo seu dizer, afetado pela responsabilidade que esta função lhe exige e pelos efeitos de fecho, unidade, coesão, coerência que o texto produzido lhe impõe. Porém, devemos lembrar que nem sujeito nem sentidos são e/ou estão completos, sendo assim, o autor não finaliza completamente o texto, pois este é passível de outros gestos interpretativos que são regulados pelas suas condições de produção.

Em nossas análises, pudemos observar o trabalho da equivocidade da linguagem a partir do processo de textualização, compreendendo que na textualização do discurso há uma incompletude, há falhas que possibilitam outras interpretações. Para Lagazzi-Rodrigues (2011, p. 279), o movimento do dizer, enquanto incompletude e contradição, permite “o deslocamento da interpretação no entremeio da linguagem e da história”, a contradição é entendida como “impossibilidade da síntese”, ou seja, enquanto diferença e não o contrário, pois “a diferença não cabe na oposição” (ibidem).

As formulações dos discursos em R1 e R2 apresentam momentos de tensões entre os sentidos já dados em relação às mulheres e suas reais expectativas, trazendo à tona as relações de forças e de poder que sustentam as diferenças de classes e de gênero. Ora os sentidos são preservados e estão mais estabilizados, ora apontam para deslocamentos e rupturas.

Observamos que o sujeito-autor fala de uma posição feminista que desliza, pois é possível perceber que há um movimento de sentidos sempre em curso, a incompletude do dizer. O discurso é de um sujeito-autor que diz de uma posição que concorda com a conquista da liberdade da mulher, com o avanço em poder participar ativamente das discussões e decisões do país, ocupando outros espaços, mudanças que simbolizam a luta pela emancipação feminina e que necessitava ser garantida.

No movimento dessas significações, algumas estabelecidas e outras ainda possíveis, percebemos o funcionamento da ideologia que

tem a língua como lugar de materialização, o que nos possibilitou compreender a assunção de autoria como aquela em que o sujeito assume um papel social na relação com a linguagem.

Silva (2016. p. 126) destaca:

O texto como o sujeito, não é homogêneo, mas possui a heterogeneidade como fator essencial. O texto e o sujeito, jamais desvinculados, estão inscritos em um processo cultural, político, econômico, histórico e ideológico.

Maria Dimpina, em sua escrita, ocupou um lugar afetado pelo social e pela história de sua época, legitimando seu dizer, na assunção de sua autoria.

Referências Bibliográficas

A VIOLETA - *Publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida*. Nº 31. Ano 1918. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/intensivismo/index.php/revistas>. Acesso em 13/05/2016.

COSTA, Lais Souza da. *Factos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense A Violeta*. Revista Estação Literária. Londrina, Volume 11, p. 195-208, jul. 2013.

<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL11-Art14.pdf> - acessado em 18/05/2016.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 3: Do Renascimento à Idade Moderna. Ed. Afrontamento. 1991. p. 369 – 407.

DI RENZO, Ana. “O texto nas práticas linguísticas escolares”. In: MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Orgs.) *Linguagem & História Memória - discursos em movimento*. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 25-42.

FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: Ditos & Escritos III. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. (Org.) Manoel Barros

- da Mota. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa - 2.ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2009. p. 264 - 298.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. “Análise de Discurso: A materialidade significante na história”. In: MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Orgs.) *Linguagem & História Memória discursos em movimento*. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 275-305.
- _____. “Texto e autoria”. In: ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 81-103.
- GALLO, Solange Leda. *Autoria: questão enunciativa ou discursiva?* Revista Linguagem em Dis(curso). Vol. 1. N. 2. Jan/Jun. 2001.
- GUIMARAES, Eduardo. *Semântica enunciação e sentido*. Campinas. SP. Pontes Editoras. 2018.
- MITTMANN, Solange (Org.) *A autoria na disputa pelos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2016.
- NADAF, Yasmim Jamil. *Estudos literários em livros, jornais e revistas*. Cuiabá – MT. Entrelinhas. 2009.
- ORLANDI, Eni P. *Eu, Tu Ele – Discurso e real da História*. Campinas, SP: Pontes. 2017.
- _____. “Autoria e interpretação”. In: _____. (Org.). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 63-78.
- _____. *Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. In: _____. (Org.). Campinas, SP: Pontes. 2009.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentido*. Campinas, SP: Pontes. 2001a.
- _____. “Nem escritor, nem sujeito, apenas autor”. In: _____. (Org.). *Discurso e leitura*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2001b, p. 75-83.
- PAVANI, Cinara Ferreira. *Gênero, escritura e identidade em Isabel Allende*. In: Organon. Porto Alegre. v. 27. n.53, julho-dezembro, 2012, p. 97-108.
- PÊCHEUX, Michel [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. 2. ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1995.

____ [1983]. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas/SP: Editora Pontes, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In:____*História da cidadania*. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky. (Orgs.) 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 365-309.

POSSENTI, Sírio. “Nota sobre a questão da autoria”. *Matraga*. Rio de Janeiro. V. 20, N.32, 2013, p. 239-250.

SILVA, Carla Letuza Moreira. “Interpretação e efeito de autoria sobre o referendo das armas no Brasil”. In: MITTMANN, Solange (Org.) *A autoria pela disputa dos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p. 123-138.

SILVA, Leila Castro. (2013). *Violência contra a mulher: sentidos em conflito*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. JUNIOR, Carlos Martins. *A flor do sertão: imagens femininas em A Violeta*. Caderno Espaço Feminino, v.18, n.2, Ago./Dez. 2007.

Palavras-chave: Autoria, discurso, interpretação.

Keywords: Authorship, discourse, interpretation.

Notas

* Doutoranda em Linguística do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: leilatuim14@gmail.com

** Doutora em Linguística pela Unicamp (2012). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: joelmaab@hotmail.com

¹ Art. 251 – À mulher compete a direção e administração do casal, quando o marido: estiver em lugar remoto, ou não sabido; estiver em cárcere por mais de 2 (dois) anos; for judicialmente declarado interdito.

² A mulher pobre diante da moralidade oficial completamente deslocada de sua realidade, vivia um dilema imposto pela necessidade de escapar à miséria com o seu trabalho e o risco de ser chamada de “mulher pública”. (FONSECA, 2015, p. 519).

³ Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira, geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a

submissão e a dependência feminina como dados naturais e formalizando atitudes repressivas com relação às mulheres. (PINSK, 2016. p. 272).

⁴ Ver Guimarães 2018. p. 38.